

# SERTÕES FLUIDOS: DISCUSSÃO SOBRE AS ESPACIALIDADES NA PORÇÃO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA: O CASO DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE

Fernando V. Aguiar Ribeiro<sup>26</sup>

Artigo recebido em: 28/09/2016

Artigo aceito em: 24/11/2016

## **Resumo:**

A proposta desse artigo é discutir a espacialidade na porção meridional da América portuguesa, com destaque à capitania de São Vicente. Durante o período inicial de conquista e colonização da região, a espacialidade, através das ideias de *sertões* e *fronteiras* forma fundamentais para a historiografia sobre a ocupação dessa região. A partir do panorama historiográfico e buscando os referenciais para tais conceitos objetivamos contribuir para o desenvolvimento das reflexões sobre espacialidade nas partes meridionais da América portuguesa.

**Palavras-chave:** Espacialidade; Sertões; Historiografia; Fronteira; São Vicente

---

<sup>26</sup> Pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo. Curriculum Lattes <http://lattes.cnpq.br/7361701263367493>. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. O presente artigo é reflexão a partir da tese de doutorado “Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América portuguesa (séc. XVI-XVIII) que contou com financiamento do CNPq e da CAPES para estágio em Portugal no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

**Abstract:**

This article purpose to discuss spatiality in the southern part of Portuguese America, especially the *capitania* of São Vicente. During the early period of conquest and colonization of this region, spatiality, through *sertões* and frontiers, is fundamental strategy for the construction of historiography's occupation of the region. From the historiographical overview and pursuing the reference to these concepts we aim to contribute to the development of reflections on spatiality southern parts of Portuguese America.

**Keywords:** Spaciality; Sertões; Historiography; Frontier; São Vicente

\* \* \*

*“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.”* (GUIMARÃES ROSA, 1986, p. 249).

A proposta desse artigo é elaborar uma reflexão sobre a constituição da espacialidade na historiografia no que se refere à região da capitania de São Vicente, localizada na porção meridional da América Portuguesa.

A historiografia sobre sertão contempla, desde muito, abordagens sobre o espaço construído a partir do bioma do semiárido, cuja base remonta trabalhos como a narrativa de *Os sertões* de Euclides da Cunha passando por obras clássicas do pensamento social brasileiro como *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr. (1942) e *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado (2011).

Durval Muniz de Albuquerque Jr., com *A invenção do Nordeste e outras artes* (2009) amplia a definição de espaço, contemplando não somente as regiões climáticas e ambientais, mas referenciando os sertões como espacialidades social e

historicamente construídas.

Diante desse vasto panorama historiográfico, a reflexão sobre sertões em outras partes da América Portuguesa acaba sendo eclipsada. Tal fato acaba por gerar trabalhos baseados na historiografia tradicional cujas premissas refletem os sertões como locais vazios e isolados, contribuindo para visões amplamente equivocadas. Por isso, no intuito de contribuição para o debate, propomos realizar uma reflexão sobre a constituição do espaço denominado sertões centrada no debate historiográfico. Assim, a problematização desses sertões passa a contribuir também na questão da fronteira, fundamental para a compreensão do processo de construção e colonização da capitania de São Vicente.

### **Historiografia sobre sertões vicentinos**

Sertão é definido por Raphael Bluteau, em seu *Vocabulário portuguez e latino...*, como “*região, apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras*” (1712, p. 613). Nossa proposta, mais que definir sertões, é problematizar o espaço que compreende o interior da América portuguesa como um território do desconhecido no qual os mitos europeus, em consonância com mitos das populações indígenas, impulsionaram a penetração dos europeus.

Na historiografia sobre a ocupação do sertões da capitania de S. Vicente, a concepção de interior era de um território vazio no qual a “civilização” deveria dominar. Essa visão seria consolidada por Afonso Taunay, em *São Paulo nos primeiros anos* de 1920, notadamente ao afirmar que

alguns quilômetros do arraial paulistano começava o tenebroso sertão, mais ignoto e ameaçador do que a selva mato-grossense de hoje entre Madeira-Araguaia. Povoam-no monstros e abantesmas; fenômenos e prodígios: os corriqueamas com quinze pés de alto e os guaiazis, minúsculos, mas ferozes e inumeráveis; os matuius, homens de pés para trás e corredores agilíssimos; e os giboiuçus, serpentes cujas carnes, putrefatas, durante as intermináveis e penosíssimas digestões, refaziam-se constantemente; toda esta fauna teratológica que tão pitorescamente nos

descreve o velho cronista Simão de Vasconcelos e à porfia referem os copiadores uns após os outros, dando-se ares de contar coisas originais (2003, p. 20).

Define, como característica principal da vila de São Paulo no século XVI, o fato de estar inserida em meio ao sertão e, para tanto, “urgia manter rigorosa disciplina naquele posto avançado da civilização, perdido entre as selvas, que era São Paulo e essa disciplina, entendia-o a Câmara, precisava basear-se sobretudo no respeito à autoridade” (TAUNAY, 2003, p. 121). Na *História geral das bandeiras paulistas*, obra monumental de Afonso Taunay publicada entre 1924 e 1950, apresenta o sertão como um território desconhecido, não delimitado. Aponta que

‘esta terra é da Coroa de Portugal e do Senhor Conde de Monsanto’ afirmavam os bandeirantes de Antonio Raposo Tavares em unísono com a homeinada [sic] seu cabo de tropa. Assim nos contam varios depoimentos jesuíticos hespanhoes ao se refirem á resposta dada pelos paulistas aos ignacianos que lhe verberavam assolar terras e povos sujeitos á Coroa de Hespanha. E realmente como que havia entre os sertanistas a percepção confusa de que a linha demarcadora das terras das duas coroas devia passar mais a oeste do que pretendiam os hespanhoes, a saber, entrando no Brasil em Cananea, senão mesmo em S. Vicente. Não nos esqueçamos ainda quanto lhes era tal doutrina favorável ás pretensões (TAUNAY, 1928, p. 130).

A essa delimitação não precisa entre os domínios das duas Coroas na América soma-se o fato que, durante 80 anos, Portugal e Espanha estavam unidos sob o mesmo monarca. A esse respeito, Taunay destaca que “em 1580 reuniram-se sobre a mesma cabeça as coroas de Portugal e Hespanha, o que na América só devia trazer vantagens. Desde então os dois povos, alheios a quaisquer rivalidades coloniaes, puderam dedicar-se ás tarefas que lhes pareceram mais urgente e proveitosa solução” (TAUNAY, 1928, p. 121 e p. 134), como, por exemplo, devassar os sertões em busca de metais preciosos e, por outro lado, defender o litoral de incursões de franceses e holandeses.

Alfredo Ellis Jr., em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, de 1934, apresenta a ação de penetração no interior do continente como base para a

consolidação das fronteiras na América portuguesa. Destaca o protagonismo português ao afirmar que “os portugueses vicentinos, mais que quaisquer outros, em terras da América souberam honrar as tradições que traziam ainda quentes das guerras da reconquista, dos campos de Aljubarrota e dos mares ignotos desvendados pelos tritões do infante D. Henrique” (ELLIS JR, 1934, p. 31). Essa ação heroica ocorreu, segundo o autor, em território vazio, que deveria ser desbravado. A associação ao mar, na passagem anterior, reforça a ideia de sertões como local de isolamento, visão essa que seria consolidada na historiografia sobre a expansão das fronteiras coloniais.

Jaime Cortesão, na obra intitulada *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*, de 1955, apresenta uma contribuição às ideias de Taunay e Ellis Jr. sobre os sertões paulistas e a ocupação dessa região. Acrescenta que o “espírito português” conjugado com as experiências indígenas, foram determinantes para o sucesso das incursões ao interior da capitania. Afirma que, “à sombra dessa maleabilidade excepcional, o português dirigiu, adaptando-se, o ânimo belicoso e a possibilidade de expansão do tupi, em proveito próprio” (CORTESÃO, 1955, p. 127). Como podemos observar nessa passagem, o destaque ao protagonismo lusitano no processo foi uma das razões destacadas por Cortesão para compreender as bandeiras e a incorporação de novos territórios aos domínios da Coroa lusitana.

Washington Luís, na obra *Na capitania de São Vicente* de 1956, corrobora as interpretações de Afonso Taunay sobre os sertões e a dificuldade no processo de conquista e colonização. Aponta que, nos anos subsequentes à conquista da América portuguesa o oriente era o foco dos interesses da Coroa, seja pela sua dedicação ao comércio como pelo volume do mesmo na Índia e China (2004, p. 46).

A solução para essa situação seria a busca por metais preciosos no continente americano. Vale ressaltar que a riqueza das civilizações asteca e inca e a descoberta das minas de prata de Potosí direcionam a ambição europeia da Ásia para o Novo Mundo. Contudo, “delicada era, pois, a situação de Portugal, e difícil, pois, a colonização do Brasil. Mas, segundo Frei Luís de Sousa, nos seus Anais, o Brasil, que

ainda nada tinha dado e estava em bruto, prometia grandes maravilhas” (PEREIRA DE SOUSA, 2004, p. 48). Assim, as lendas sobre riquíssimas minas de ouro influenciavam os europeus ávidos em toda a parte da velha Europa. Ninguém podia distinguir o que de real haveria nas ficções criadas e amplificadas pela literatura e imaginário (PEREIRA DE SOUSA, 2004, p. 48).

Destaca Washington Luís a posição estratégica da vila de São Paulo em relação à rede de caminhos terrestres e fluviais que cruzavam o sertão. Dessa forma,

São Paulo, com a força de um destino, transformou os vicentinos e os forasteiros em paulistas e o nome de S. Paulo, numa igreja em pequeníssimo povoado, passou para a vila, passou depois para cidade, passou para a capitania e mais tarde para todo o território sertanejo, desde as altas e recônditas cabeceiras dos regatos, que afluem para o Paraguai e para o Paraná até formar o rio da Prata, como passou até para o norte, até as que constituem a bacia sul do Amazonas e para a bacia do São Francisco, no sertão (2004, p. 140).

A essa posição estratégica soma-se ao impulso gerado pelos mitos e promessas de riquezas. A esse respeito, Washington Luís afirma que

mais que a curiosidade aventureira e ávida, a necessidade imprescindível de, pela ocupação efetiva, pela posse, assegurar os descobrimentos feitos, iriam impulsionar com ardor insaciável as expedições audacíssimas através dos desertos selvagens ou inimigos. Os navegadores temerários e tenazes seriam substituídos pelos sertanistas atrevidos; as bandeiras iriam ocupar na atenção da História o lugar das frotas. Era natural, lógico, fatal, pois, o esquadramento do interior dessas terras, e as entradas ao sertão teriam que aparecer. O ciclo das navegações seria substituído pelo ciclo das bandeiras em Portugal (2004, p. 229).

Em *Caminhos e fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda em 1957 apresenta o processo de penetração e conquista do interior do Brasil. Durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam, geralmente, de manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independentes dela. Definidos por conta da relação litorânea em detrimento ao interior, esses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do

oceano (HOLANDA, 1957, p. 5).

Sérgio Buarque evidencia a importância da posição geográfica de São Paulo e das redes de caminhos no sertão. Afirma que

alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa. Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica. Recordam-nos, entretanto, a singular importância dessas estradas para a região de Piratininga, cujos destinos aparecem assim representados como em um panorama simbólico (1957, p. 15).

A compreensão da realidade americana pelo europeu se deu, de acordo com Sérgio Buarque, pela assimilação dos conhecimentos e práticas dos indígenas. Nesse caso, como em quase tudo, os adventícios deveriam habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra (HOLANDA, 1957, p. 15).

Isso porque eram os paulistas detentores de uma capacidade de orientação nas matas, em que se revelam suas afinidades com os indígenas, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos (HOLANDA, 1957, p. 15).

A importância dos sertões para a compreensão do Brasil é reforçada na tese de cátedra *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, defendida e publicada em 1958. Ao destacar as motivações míticas para a penetração do interior, Sérgio Buarque altera a concepção do sertão, de vazio para ponto de atração por sua lendas e possibilidades de riquezas.

Mitos carregados de sentido religioso, localizava em local incerto o Éden, o paraíso terrestre. Buarque de Holanda aponta que

a ideia de que existiu na Terra, com efeito, algum sítio de bem-aventurança,



só acessível aos moradores através de mil perigos e penas, manifestos, ora sob a aparência de uma região tenebrosa, ora de colunas ígneas que nos impedem de alcançá-lo, ou então de demônios ou pavorosos monstros, pode prevalecer, porém, independentemente das tradições clássicas ou das escolásticas sutis (2010, p. 59).

Essa concepção de recompensa após toda sorte de desafios encontrou terreno fértil na América. As matas desconhecidas, a geografia fantástica e os riscos das explorações corroboram com a ideia cristã de gratificação após sacrifícios.

Dessa forma, era de esperar, depois das desvairadas especulações de Colombo e outros navegantes, que também a fonte de Juventude, e demais fantasias, constante apêndice do Paraíso Terreal, achassem algum meio de introduzir-se na geografia visionária do Novo Mundo (HOLANDA, 2010, p. 60).

A busca pelo paraíso foi substituída pelos mitos de reinos abundantes em ouro e prata. Nas palavras de Buarque de Holanda, “à imagem ou não do Dourado propriamente dito – o dos Omáguas e de Manoa – e também do Dourado de Meta, isto é, dos Chilocha, foram reportados aqui e ali muitos outros reinos áureos ou argênteos, não menos lisonjeiros para a desordenada cobiça dos soldados” (2010, p. 79).

Esses mitos de ouro e prata encontraram importante reforço quando do contato e conquista das civilizações asteca e inca. As minas de prata do Alto Peru, notadamente o mítico Potosí, tiveram destacado papel de motivar a cobiça de portugueses e direcionar a penetração nos sertões a oeste. Isso porque,

fosse qual fosse o verdadeiro quinhão de Portugal no Novo Mundo, um fato se impunha aqui fora de toda dúvida, e era a perfeita continuidade, de todos reconhecida, entre o Brasil lusitano e as partes de melhor proveito nas Índias de Castela, que com ele confinavam pelo poente. Esta última consideração não era de pouca monta, sempre que se tratasse de decidir sobre a primazia em matéria de riquezas de toda sorte, e não apenas minerais, pois que uma opinião acreditada na época só poderia contribuir neste caso para dar-se a palma ao Brasil. Propínquo ao opulento Peru e sob as mesmas latitudes, porém a leste, nele seriam encontrados, por força, os mesmos produtos que se davam naquela província castelhana, e do mesmo e melhor toque (HOLANDA, 2010, p. 153).



Ao concluir a reflexão sobre o papel dos mitos no processo de colonização e construção do Brasil, Sérgio Buarque afirma que é possível, desta excursão já demorada à volta dos mitos geográficos já difundidos na era dos grandes descobrimentos marítimos, tirarem-se conclusões válidas para um relance sobre a formação brasileira, especialmente durante o período colonial (2010, p. 443).

Como resposta a esse questionamento, o autor tentou mostrar como os descobridores, povoadores, aventureiros, o que muitas vezes vêm buscar, e não raro acabam encontrando nas ilhas e terra firme no Atlântico, é uma espécie de cenário, ideal, feito de suas experiências, metodologias ou nostalgias ancestrais (HOLANDA, 2010, p. 443).

Retomando a valorização do agente português no processo de devassamento do sertão, Jaime Cortesão destaca a figura de Raposo Tavares. Na obra de 1958, intitulada *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, consolida sua interpretação iniciada na obra de 1955 ao afirmar que o bandeirismo floresceu da raiz luso-tupi e teve como expoente o bandeirante paulista, quem

quer na metrópole, quer na colônia, o tornou o seu maior intérprete; [e] como a revolução restauradora da independência portuguesa começou, na verdade, no Brasil, sob impulso de causas econômicas locais, das imperiosas necessidades da formação geográfica do Estado e dum ambiente de maior liberdade que em Portugal (CORTESÃO, 1958, p. 3).

Fator esse decorrente das bandeiras e operado em um vazio territorial, motivo esse apresentado por Cortesão como responsável pela ideia de liberdade.

Caio Prado Jr, em *A cidade de São Paulo, geografia e história*, de 1983, sintetiza, em obra de divulgação, a visão tradicional de sertões, notadamente retomando as interpretações tecidas por Capistrano de Abreu. Afirma que a condição geográfica privilegiada do núcleo urbano de São Paulo, associada à rede fluvial favorável, foram a explicação para a penetração vicentina ao interior (1983, p. 20).

Corroborando com a interpretação tradicional de sertão como espaço vazio,

Alida C. Metcalf, em *Vila, reino e sertão no São Paulo colonial*, de 1996, apresenta-o como “desconhecido, a imensa vastidão” (p. 420). Para a autora, nos mapas, o sertão especificava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoados portugueses e entre eles (METCALF, 1996, p. 420).

Apresenta uma oposição entre sertão e reino ao afirmar que se o reino representava um polo de um *continuum* que se estendia do Velho Mundo, o sertão sintetizava o oposto: a América em seu estado natural. A partir dessa concepção, para os portugueses, o sertão pedia para ser colonizado, explorado e transformado (METCALF, 1996, p. 420). Portanto, o processo de colonização da América portuguesa é vista como uma evolução gradativa das características do ‘sertão’ para as do ‘reino’ (METCALF, 1996, p. 421).

Em 1999, A. J. R. Russel-Wood, em *Fronteiras no Brasil colonial*, publicado na Revista Oceanos, aborda o sertão da América portuguesa como espaço de interação entre as culturas europeias e indígenas. Este ensaio adotou, relativamente à fronteira, uma abordagem diferente, no que considera a fronteira como uma metáfora, vendo no termo *fronteira* uma área de interação entre diferentes culturas (1999, p. 9).

Os sertões, área de fugitivos da justiça ou para aventureiros, são vistos por Russell-Wood, como uma zona de fronteira. E, assim, a palavra *fronteira* é entendida no contexto de um limite entre culturas e esta abordagem torna-se mais reveladora e conforme com a mistura única de culturas, parte inerente do desenvolvimento histórico no período colonial, sendo um fenômeno em curso e não menos evidente no período de hoje (RUSSELL-WOOD, 1999, p. 20).

Glória Kok, em *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*, de 2004, desenvolve as concepções da América como local do imaginário e dos mitos. Aponta que não é novidade afirmar que muitos europeus fomentaram visões idílicas do sertão da América portuguesa (2004, p. 18). Esse espaço do desconhecido, território composto de lendas e mitos é controlado quando a conquista

e colonização se efetiva. De acordo com Glória Kok, à medida que se fazia a conquista de novos espaços na América portuguesa, as terras míticas nublavam-se diante de uma outra noção de geografia, cuja concepção de espaço – controlado, ordenado, limitado e mapeado –, punha-se definitivamente a serviço da Coroa para garantir o domínio de terras e gentes(2008, p. 26).

John R. Gillis, em *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*, de 2004, apresenta as ilhas como locais privilegiados para a geografia mítica. Aponta que geografias místicas sempre existiram ao longo dos processos de expansão do conhecimento do território. Essas são frequentemente localização em locais isolados, nas quais carecem maiores informações práticas. No Ocidente, destaca que o mar assumiu espaço privilegiado dessas especialidades imaginadas (2004, p. 6). Apesar dos mitos não serem criação da Época moderna, é com as navegações e o contato com as Américas que encontram um território fértil para seu desenvolvimento. Para Gillis, nos séculos XV e XVI, as explorações seguiam termos como *descoberta* ou *revelação*, denotando que os exploradores não buscavam necessariamente algo novo, mas reformar algo que já se tinha mas estava por algum motivo encoberto (2004, p. 46). Inclusive o contexto da “descoberta” das Américas é pautado pela geografia mítica, composta pelas visões cristãs e oriundas do mundo clássico. O pensamento de Cristóvão Colombo era um misto de elementos cristãos e clássicos. Na sua geografia bíblica, localizava o centro do mundo em Jerusalém, associando essa espacialidade com conceitos da cosmovisão cristã medieval, como locais Santos e Jardins do Éden (GILLIS, 2004, p. 56).

A geografia mítica é fundamentada pelas projeções de paraísos terrestres. Essa ideia é reforçada por conta do fato de que as noções de paraíso serem comuns em muitas culturas, consagrando essa com valores considerados universais. Dessa forma, o paraíso é associado com ideias gerais, como plenitude, liberdade, paz e imortalidade (GILLIS, 2004, p. 67). O espaço americano, mais do que local do vazio, corroborou com os mitos europeus e, junto com os mitos ameríndios, é compreendido como um

espaço encantado. John Gillis apresenta que a América foi concebida pelos europeus como uma “terra de criaturas mágicas e gigantes”, baseada em uma visão geocêntrica e antropocêntrica que contribuíra para a formação básica das reflexões sobre as espacialidades no novo continente (2004, p. 102).

A partir do século XIX, as nações desenharam suas fronteiras de forma a distinguir seus espaços em relação a seus vizinhos (GILLIS, 2004, p. 124) e, conseqüentemente, os espaços míticos deixaram de existir.

A contribuição de Gillis, apesar de impactar a historiografia norte-americana, não representa necessariamente uma novidade na abordagem. Conforme apontamos anteriormente, na historiografia brasileira há uma tradição de reflexões sobre a concepção do território atreladas ao imaginário, as quais destacamos as contribuições de Jaime Cortesão e, principalmente de Sérgio Buarque de Holanda. Tal situação deve-se à ausência da tradução das obras desse historiador à língua inglesa, o que gerou um certo isolamento no debate internacional e a publicação de abordagens por Gillis quase meio século depois, assumir a característica de novidade na compreensão da apropriação do território americano.

### **A fronteira na historiografia sobre a ocupação do planalto**

A produção historiográfica sobre fronteiras na formação das partes meridionais do Brasil tem como obra referencial a *Marcha para oeste. A influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*, de Cassiano Ricardo Leite, publicada em 1940. Estabelece Cassiano Ricardo como questionamento principal quais grupos, na formação brasileira, deram origem à democracia. Como exercício de resposta, aponta que a sociedade brasileira não nasce de um só ponto de irradiação. “Forma-se cristãmente, mestiçamente. Entram nela elementos bio-democráticos e ameríndios” (1940, p. IX). Dessa forma, a democracia devia nascer no grupo de maior mobilidade social interna e externa. “Mobilidade interna mais maior comunhão dos indivíduos; mobilidade externa para que sua ação democratizadora o exercesse, num sentido de

unificação, sobre os demais grupos da colônia” (LEITE, 1940, p. IX).

Nas concepções do autor de *Marcha para oeste*, os bandeirantes representam o único grupo que representa essas condições. Assim, “a bandeira nasce na República de Piratininga e vai, em direitura, para a sociedade brasileira em cuja formação tanto inflúe. Nasce no planalto e vai conquistar a base física para o nosso destino como povo e como nação” (LEITE, 1940, p. XIII). Aponta que a democracia é um fenômeno histórico (“a república de Piratininga”), climático (“somos um paiz tropical”), bio-ético (“a mistura de raças”), social (“o nenhum preconceito de classe e de origem”), econômico (“a hierarquização pelo próprio esforço”) e psicológico (“a bondade, na sua acepção brasileira, tipicamente democrática”) (LEITE, 1940, p. XVIII). O ponto de irradiação dessa democracia americana seria o ponto de início das bandeiras, isto é, a vila de São Paulo. Para tanto, afirma que o planalto de Piratininga nos deu a bandeira. A bandeira nos deu uma geografia. Esta geografia nos traçou, em sua réplica, um destino histórico, social, político, até então inédito. Foi ainda, em suas palavras, que a bandeira a primeira arrancada para o nosso ‘*self-government*’ (LEITE, 1940, p. 29).

Cassiano Ricardo defende a interpretação de que a democracia, como autogoverno, é resultado da influência do espaço americano no europeu. Nesse aspecto, a fronteira, como área de transição entre o litoral conhecido e os sertões desconhecidos, forjaram o brasileiro. Para o autor, esse homem americano

nasceu do planalto, a cavaleiro do sertão. Do planalto dinâmico, incompatível com a economia sedentária dos latifúndios. Estes eram mais explicáveis e, portanto, mais encontrados, no litoral estático. Em outras palavras: a bandeira nasceu de um ponto geográfico democratizante. E deu-nos, em réplica, e graças á sua estupenda mobilidade horizontal, uma geografia democrática, porque anti-totalitário. Nessa geografia não está, apenas, a ossatura do nosso destino. Esta também, o lineamento físico da federação e o habitat intransferível da nossa democracia, ‘ser vivo’” (LEITE, 1940, p. 36).

O papel dos sertões como transformador do homem é ressaltado, de forma

apologética, por Cassiano Ricardo ao concluir que “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (LEITE, 1940, p. 212). A interpretação de Cassiano Ricardo sobre a ocupação do interior do Brasil e o papel da fronteira nesse processo teve como principal influência o debate sobre a ocupação do Oeste norte-americano e a discussão posterior sobre a temática.

Robert Wegner evidencia, em *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, que

uma tese bastante conhecida e que poderia, talvez, ter fornecido essa chave aos estudos do Novo Mundo era a tese da fronteira, de Frederick Jackson Turner. Apresentada em 1893 nas comemorações dos quatrocentos anos do descobrimento da América, constituía-se numa explicação situacional na medida em que – embora concebida especificamente para os Estados Unidos –, ao contrário de salientar os valores puritanos e individualistas vindos da Europa, enfatizava o que havia de novo no país graças à sua dinâmica particular (2000, p. 80-81).

As formulações de Frederick Turner sobre fronteira e a influência do debate na historiografia norte-americana serão discutidos posteriormente.

Retomando à obra de Cassiano Ricardo, aponta o autor a importância dos bandeirantes na ocupação dos sertões e o papel desses na fundação de novos municípios. Afirma que “S. Paulo é o núcleo urbano que dá origem à bandeira. Cada bandeira, por sua vez, é uma cidade errante que lá se vai. Outras cidades vão brotando pelo caminho. Destas outras cidades surgem novas bandeiras” (LEITE, 1940, p. 408). Cassiano Ricardo encerra sua obra exaltando Getúlio Vargas, a expansão do oeste durante a décadas de 30 e 40 do século XX e defende o regime político do Estado Novo brasileiro. Conclui que

inaugurando o Estado unitário e o governo forte, dando ao presidente o caráter de chefe nacional, desprezando o mito liberal na conceituação da democracia, repelindo os ‘ismos’ exóticos, conjugando sabiamente o individualismo como o coletivismo, instituindo os grupos profissionais, consagrando a consulta plebiscitória, promovendo a nacionalização das nossas fronteiras e, em síntese, retomando o fio histórico da civilização brasileira, a constituição de 10 de novembro [de 1937] reata, finalmente, o espírito bandeirante interrompido no século XIX e tão deturpado pela

dialética do litoral (LEITE, 1940, p. 541).

Executa, portanto, ao apresentar a ocupação do oeste como fundamental para a criação do brasileiro e das suas instituições políticas, a relação direta com a Marcha para Oeste<sup>27</sup> executada por Getúlio Vargas e que objetivava a ocupação e a dinamização da região centro-oeste do Brasil.

A perspectiva comparada entre Brasil e Estados Unidos é continuada na obra *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*, de Vianna Moog. Na obra de 1954, estabelece como questionamento central

como foi possível aos Estados Unidos, país mais novo do que o Brasil e menor em superfície continental contínua, realizar o progresso quase milagroso que realizaram e chegar a nossos dias, à vanguarda das nações, como a prodigiosa realidade do presente, sob muitos aspectos a mais estupenda e prodigiosa realidade de todos os tempos, quando o nosso país, com mais de um século de antecedência histórica, ainda se apresenta, mesmo à luz de interpretações e profecias mais otimistas, apenas como o incerto país do futuro? (VIANA MOOG, 2011, p. 13).

Destaca, a título de comparação no processo de ocupação e colonização do Brasil e dos Estados Unidos, que há desde logo uma fundamental diferença de motivos no posicionamento dos dois países: um sentido inicialmente espiritual, orgânico e construtivo na formação norte-americana, e um sentido predatório, extrativista e quase só secundariamente religioso na formação brasileira (VIANA MOOG, 2011, p. 133). Viana Moog apresenta que

os primeiros povoadores das colônias inglesas da América, principalmente os puritanos do *Mayflower*, não vieram para o Novo Mundo só ou predominantemente em busca de minas de ouro e prata e de riqueza fácil. Vieram, isto sim, acossados pela perseguição na pátria de origem, em busca de terras onde pudessem cultivar o seu Deus, ler e interpretar a sua Bíblia, trabalhar, ajudarem-se uns aos outros e celebrar o ritual do seu culto, à sua maneira (2011, p. 134).

---

<sup>27</sup> Para o debate sobre a expansão para oeste durante o governo Vargas, ver Paulo de Figueiredo. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984; Ângela de Castro Gomes. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 e Seth Garfield. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, n. 39, 2000, p. 15-42.



Já para o Brasil, define, de maneira idealizada, que

ocorreu precisamente o contrário. Os portugueses que vieram ter primeiro às terras de Santa Cruz eram todos fiéis vassalos de El-Rei de Portugal. Se, por um lado, desejavam ampliar os domínios da cristandade, ‘a Fé e o Império’, traziam já os olhos demasiadamente dilatados pela cobiça. Eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros (VIANA MOOG, 2011, p. 134).

Como síntese, reforça que

nem tudo são dessemelhanças e contrastes entre Brasil e Estados Unidos. Em meio às diversidades que concorrem para acentuar as diferenças entre as duas culturas, brasileiros e norte-americanos guardam atualmente entre si um grande traço comum: a imaturidade, tomando aqui, naturalmente, o termo imaturidade no sentido psicológico; ou melhor, psicanalítico, de desajustamento emocional ou falta de adaptação adequada à vida e à realidade (VIANA MOOG, 2011, p. 319).

Em 1961, Sérgio Buarque de Holanda, em *Movimentos da população de São Paulo no século XVIII*<sup>28</sup>, retoma a discussão sobre o papel da fronteira e, conseqüentemente, do sertão, no processo de ocupação do planalto da capitania de São Vicente. Destaca a especificidade da ocupação pois

nas capitanias paulistas a expansão de povoamento processou-se durante longo tempo segundo moldes que não encontraram quase paralelo, pela mesma época, em outros lugares da América portuguesa. Partindo de um núcleo originário, em geral da própria vila de S. Paulo, e sem contar com um poderoso influxo de fora, chega ela a cobrir porção do espaço utilizável das redondezas, de sorte a formar, terra a dentro, um rosário de sítios urbanos que servem para marcar a paulatina ocupação do solo (HOLANDA, 1966, p. 55).

Assim,

o nascimento de um povoado pode, em realidade, originar-se da simples escassez, no termo da vila madre, de espaço disponível e acessível para a abertura de roçados, quando todo ele, ou a maior parte, já tenha donos, ou por qualquer outro motivo se acha sem préstimo para as lavouras. Em tais circunstâncias, os habitantes desejosos de terrenos para os granjeios vão naturalmente acorrerem às áreas em que eles se oferecem de sobejo,

---

<sup>28</sup> Apesar do título, o artigo trata do século XVII. O equívoco deve ter ocorrido por conta de erro gráfico.

podendo chegar assim à situação de proprietários de bens rústicos, a qual se não é inerente à cidadania, lhe dá entretanto mais realce e dignidade (HOLANDA, 1966, p. 55-56).

Apresenta Sérgio Buarque o sertão como vazio demográfico, a despeito das sociedades indígenas lá situadas, e como espaço para a expansão portuguesa. Define que,

à sua maneira, a função que vinham tendo no século XVII os *espaços vazios* e utilizáveis ainda existentes ao redor do velho núcleo piratiningano, inícios da colonização, assemelhava-se, rigorosamente, à espécie de *safety valve* que há cem anos inflamara imaginações anglo-saxônicas no norte do continente. Se diferença houvesse, estaria nisso, que aqueles espaços livres, em vez de tingidos de cores tão idílicas, deviam parecer, em geral, uma realidade descolorida e chã, mais refrigerio talvez do que esperança (1966, p. 105).

A respeito da utilização de termos consagrados pela história norte-americana, como *fronteira vazia* e *safety valve*, Robert Wegner reforça a influência dos contatos de Sérgio Buarque com a produção historiográfica dos Estados Unidos.

Wegner aponta que, em 1941, no ano seguinte à carta de Rubens Borba e ao provável encontro com Lewis Hanke, Sérgio Buarque, a conta da Divisão Cultural do Departamento de Estado – a esta altura encarregado de promover os ‘valores pan-americanos’ –, parte em viagem aos Estados Unidos, lá chegando em junho, na companhia de Luís Jardim (2000, p. 76). Com isso, o ponto que é necessário sublinhar diz respeito à possibilidade dessa visita aos Estados Unidos ter permitido a Sérgio Buarque um contato mais continuado com a historiografia americana num momento em que esta se preocupava em produzir reflexões sobre os países latino-americanos (WEGNER, 2000, p. 78).

O debate sobre a ocupação territorial nos Estados Unidos, ao longo do século XX, estava centrada na discussão sobre as formulações de Frederick Jackson Turner. Robert Wegner apresenta que,

devido à centralidade da obra de Turner na historiografia norte-americana e como pretendo focalizar o diálogo de Sérgio Buarque com esta

historiografia – seja mais diretamente com a tese da fronteira, seja com outros autores e abordagens –, vale a pena determo-nos naquela possibilidade de aplicação da tese da fronteira na história do continente americano (2000, p. 81).

Robert Wegner destaca que, embora as formulações de Turner e o debate subsequente tenham influenciado as interpretações de Sérgio Buarque a respeito da fronteira e da ocupação do interior americano, o debate brasileiro sobre o tema não era recente<sup>29</sup>. Portanto,

não se pode, contudo, cair no exagero de afirmar que foi graças à valorização da tese da fronteira que Sérgio Buarque descobriu as possibilidades explicativas da conquista do Oeste para a história do Brasil. Não se deve esquecer, por exemplo, que então já existia uma bem formada tradição de estudos sobre os bandeirantes, iniciada por Capistrano de Abreu, autor pelo qual, aliás, Sérgio Buarque nutria grande admiração (WEGNER, 2000, p. 91).

Para Wegner, a respeito da utilização de conceitos de Turner por Sérgio Buarque, o destacado contato com a historiografia norte-americana sobre a fronteira. Aponta que

é de notar que ‘Movimentos da População em São Paulo no século XVII’, publicado na *Revista do IEB* em 1966, ao lado do ‘Prefácio’ à segunda edição de *Visão do Paraíso*, de 1968, parece ter sido fruto do prosseguimento de seu diálogo com os norte-americanos e, mais do que isso, dos estudos que pôde realizar em suas passagens pelos Estados Unidos na década de 1960. Com estadias mais prolongadas que a de 1941, Sérgio Buarque passou uma temporada em 1965 e outra em 1966 até o ano seguinte, quando lecionou, como professor visitante, nas Universidades de Indiana, Nova York e de Yale (2000, p. 119-120).

No entanto, não podemos afirmar que o contato com a tese de Turner e a discussão historiografia sobre a fronteira tenha iniciado somente com a obra de Sérgio Buarque. Conforme apresentamos anteriormente, Cassiano Ricardo em 1940 e Viana Moog em 1954 já estabelecem contato com a historiografia norte-americana.

Devemos, portanto, retomar às reflexões sobre fronteira nos Estados Unidos

---

<sup>29</sup> Entre os quais destacamos Afonso Taunay. *História geral da bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1921, vol. 1.

pois, embora tenham iniciado em fins do século XIX, correu em paralelo à historiografia brasileira e, por diversos momentos, estabeleceu diálogo com essa, como torna-se evidente no caso das reflexões de Sérgio Buarque, as quais foram influenciadas pelo debate turneriano na década de 1950.

Na conferência de 1893, intitulada *The significance of the frontier in American history*, Frederick Turner afirma que

*the peculiarity of American institutions is the fact they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economy and political conditions of the frontier into the complexity of city life* (1999, p. 31-32).

Para Turner, a fronteira é a linha da mais rápida e efetiva americanização do indivíduo. O sertão acaba por fazer o colono (1999, p. 33). Isso porque destaca que a fronteira se torna elemento central na formação da identidade norte-americana. Assim, a costa Leste é definida como “muito britânica”, enquanto que no oeste as levadas de imigração compuseram, juntamente com as terras livres do wilderness, forjaram o país (TURNER, 1999, p. 47). Apresenta, pois, a ideia de que no Oeste, no contato entre a “civilização” e a “barbárie” propiciado pela fronteira, surge a democracia, visto que o individualismo gerado pela fronteira é interpretado como o principal motivo para a promoção da democracia (1999, p. 53). Essa concepção é chave para compreender a democracia formulada por Cassiano Ricardo. Fruto do paulista e sua adaptação ao sertão, demonstra a influência das formulações de Turner nesse autor brasileiro.

Turner define que a fronteira

*is a new product that is American. At first, the frontier was the Atlantic coast. It was the frontier of Europe in a very real sense. Moving westward, the frontier became more and more American. As successive terminal moraines result from successive glaciations, so each frontier leaves its traces behind it, and when it becomes a settled area the region still partakes of the frontier characteristics. Thus the advance of the frontier has meant a steady movement away from the influence of Europe, a steady growth of independency of American lines. And to study this advance, the men who grew up under these conditions, and the political, economic, and social results of it, is to study the really*

*American past of our history* (1999, p. 34).

John Faragher, no artigo *The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West*, propõe um debate sobre o legado do autor da tese da fronteira. Aponta o fato de que em 1910 Turner assumira a presidência da *American History Association*, bem como a cátedra em Harvard. Com essas duas pontas-de-lança, sua tese tornaria fundamental para a compreensão da realidade norte-americana por quase meio século. A imagem da fronteira ultrapassaria os muros das universidades e chegaríamos a compor o imaginário popular sobre o oeste, fronteira e o próprio país (1993, p. 107).

Dessa forma, quando Sérgio Buarque viaja para os Estados Unidos, toma contato com a tese de Turner, pois, segundo Faragher, em meados de 1964, pesquisas revelaram que as ideias de Turner continuavam predominantes no debate histórico (1993, p. 107). Opositores à tese de Turner surgiram, contudo, não diminuindo a força das interpretações sobre a fronteira nos Estados Unidos.

Para Farager, os argumentos sobre o oeste foram influenciados pelo que denominou “tempero turneriano”. A crítica a esse ponto, definido como antituneriano, seria a base para aos debates sobre fronteira que prosseguiriam (1993, p. 108).

Contudo, não é tarefa complexa encontramos autores que não só adotaram a teoria de Turner, mas demonstram grande admiração pelo professor. Joseph Schafer define, por exemplo, que, desde a colonização britânica nos Estados Unidos, a fronteira foi e continuou sendo, a melhor forma de compreender a história desse país (1933, p. 451). Conclui, a respeito da teoria da fronteira que, enquanto foi republicada diversas vezes, mantinha-se a característica do documento como algo provocativo, mesmo sendo datado de finais do século (SCHAFER, 1933, p. 452).

Na década de 1940 surgem as primeiras críticas às formulações de Frederick Turner. Nesse contexto, George Pierson questiona sobre os impactos da tese da fronteira nas instituições norte-americanas. Problematiza se a teoria de Turner pode ser útil para as demandas da época e pode contribuir para os estudantes dos dias atuais

(1942, p. 225-226). Aponta Pierson, como principal força argumentativa de Turner, o fato de conceber a fronteira como capaz de “americanizar” elementos externos e discursos. Assim, efetiva a oposição entre costas leste e oeste na formação dos Estados Unidos (1942, p. 227). A crítica central de Pierson para as interpretações de Turner reside no fato do autor basear a concepção de fronteira em elementos naturais, ligados ao ambiente. De acordo com essa crítica, o pensamento turneriano utiliza hipóteses ligadas ao determinismo ambiental e desenvolve, de maneira acrítica, aspectos da fronteira ligados à elementos sociais, culturais, morais e políticos (1942, p. 229). Conclui sua crítica ao apontar que o aparente otimismo produto da exaltação do localismo, do sentimento anti-Europeu, contribuiriam para legitimar as ideias de Turner perante a constituição das nações ocidentais (PIERSON, 1942, p. 232).

No entanto, apesar das críticas apontadas, os seguidores de Turner continuam a aplicar suas teorias para a fronteira e a interpretação da formação dos Estados Unidos pela influência do Oeste. Assim, segundo Pierson, o uso da teoria, principalmente em seus aspectos de condicionantes espaciais e históricos, contribuem para visões estereotipadas da fronteira, da valorização de aspectos simplistas e de conclusões precipitadas (1942, p. 250).

A capacidade da tese de Turner persistir, apesar das críticas, se dá por conta de atuar como legitimação para a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria. Para William Williams um dos temas centrais da historiografia norte-americana é a constituição de um Império Mundial. Muitos historiadores, aponta, admitiram que o país atua como força imperial, sendo, portanto, tal situação consequência de seu desenvolvimento histórico (1955, p. 379). Com isso, Williams destaca que a principal ideia que circunda a teoria de Turner é a especificidade da democracia norte-americana como consequência da fronteira. A outra ideia é a ideia de que esse conceito de democracia é passível de expansão a outras regiões do planeta (1995, p. 380). Para Williams, a tese de Turner centra-se no fato da expansão, individualismo e democracia serem vistos como uma espécie de “catecismo” de um

país que se concebe como único e onipotente. A fronteira criou, segundo o autor, uma metáfora de “fonte da juventude”, na qual os valores tradicionais do país são constantemente renovações (1995, p. 380). Assim, finaliza que a tese de Turner pode ser sintetizada como a ilustração da mutação da ideia em ideologia (1995, p. 386). Conclui sua relação entre fronteira e política exterior norte-americana, ao afirmar que Franklin Delano Roosevelt, 32º presidente dos Estados Unidos, sempre foi seguidos das ideias de Turner na política externa. Com isso, salvo raros momentos durante das duas guerras, a política internacional pautou-se no esforço de expansão da fronteira norte-americana para o resto do mundo (WILLIAMS, 1995, p. 390).

Nesse momento é possível conectar a retomada da teoria de Frederick Turner e o contato de Sérgio Buarque com a teoria da fronteira na década de 1960. No contexto da Guerra Fria, a tese turneriana acaba por respaldar a Doutrina Truman, na qual a ideia de segurança e bem-estar dos Estados Unidos dependem do sucesso da missão de defesa da democracia e expansão de sua fronteira. Tal elemento é reforçado no discurso de posse de Truman, intitulado “*The American Frontier*” (WILLIAMS, 1995, p. 392).

### **Sertões de São Paulo como espaço fluido**

No caso da América portuguesa, o espaço do sertão constitui-se como algo construído, pois é compreendido através da medição do território com os mitos europeus e ameríndios. Os mitos, com seus monstros desconhecidos e promessas de riquezas infinitas, impulsionaram o europeu a devassar o sertão e, conseqüentemente, tornar esse território mais conhecido.

A compreensão da rede de caminhos e o mapeamento do sertão através da cartografia moderna, altera esse espaço mítico. Ocorre, com a fixação de população, instalação de câmaras municipais e a efetivação da presença do Estado europeu em terras americanas, o *desencantamento* do sertão. Esse processo, que corresponde à



expansão da fronteira da colonização em meio ao território americano, não se dá de maneira uniforme e progressiva. A consolidação da colonização europeia e seu avanço frente ao sertão constitui um território fluido e híbrido, pois representa uma transição entre o projeto “civilizador” europeu e a “barbárie” do Novo Mundo. Esse território fluido, denominado sertão, deve ser concebido, principalmente, por suas relações na sua espacialidade.

Contudo, antes de iniciarmos a discussão sobre os sertões da América portuguesa é necessário que tratemos, mesmo que brevemente, do espaço geográfico enquanto construção social. Milton Santos, em *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, apresenta a ideia de que o espaço não é um dado natural, mas socialmente construído. Afirmar que paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 2002, p. 103).

Assim, para Milton Santos, o espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Enquanto que cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos (2002, p. 103). Dessa forma, o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida, as formas são importantes. Essa materialidade sobrevive aos modos de produção que lhe deram origem ou aos momentos desses modos de produção (SANTOS, 2002, p. 103).

Fania Fridman, na Apresentação de *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história* atenta que o território origina-se do conjunto das configurações, *presentificando os passados*, e as formas, por sua vez, registram antigas relações sociais e hábitos de grupos sociais enraizados em territórios (FRIDMAN, 2013, p. 12).

Thomas Calvo, no capítulo *Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)* da

obra organizada por Fania Fridman, aborda os modelos de urbanização hispânicos para as Américas. As regras e os modelos impostos pelos dominadores vão ser determinantes com o passar do tempo, mas de forma variada, conforme os preceitos, os espaços, os tempos (CALVO, 2013, p. 22). O modelo de urbanização espanhol não vai se aplicar por completo pelo fato da América não ser um espaço vazio, desabitado. Para Calvo, existe um claro contraste entre o traçado espanhol, em boa parte realizado a ‘compasso’, e a falta de ordenamento dos bairros indígenas circundante. Se isso acontecer na capital, não se deve esperar algo melhor nas regiões afastadas, como revela o mapa de San Luís de Potosí de 1594, a mina real do norte da Nova Espanha. Este simples esboço opõe o assentamento hispânico, rearticular, ao casario dos indígenas ao redor (CALVO, 2013, p. 27). Assim, a integração em um espaço remodelado e mudado sob normas hispânicas não era o essencial. Constituir-se numa verdadeira república de índios impunha outras exigências. O que leva ao seguinte posicionamento baseado em como combinar as heranças locais com as exigências procedentes dos conquistadores (CALVO, 2013, p. 28).

Uma possível resposta à questão de Thomas Calvo, seria a compreensão do processo de conquista e apreensão da espacialidade americana. Não podemos conceber os sertões americanos como território vazio, sem população e sem uma cultura política e relações espaciais já estabelecidas pelos indígenas.

A esse respeito, John Short em *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*, destaca que, na imagem consolidada pela historiografia sobre espacialidades, baseia-se na imagem de um espaço vazio que aguarda ser preenchido por um projeto colonial ou empresarial. Mesmo quando algumas narrativas contemplem descrições de populações indígenas, o território continua a ser caracterizado como uma página em branco à espera da expansão colonial (SHORT, 2009, p. 18). Defende, portanto, que os conhecimentos indígenas sobre a natureza e suas concepções de espacialidades foram fundamentais no processo de conquista e colonização do Novo Mundo. A partir da fusão de culturas indígenas e europeias,

criou-se um pensamento próprio, com características americanas. Para Short, a partir das visões dos sertões como espaço vazio, existe a necessidade de ocupar esses territórios pré-coloniais com populações nativas. Porque somente assim os aspectos da construção da espacialidade, levando em conta todos os aspectos sociais, poderão ser compreendidos (2009, p. 18).





Para compreendermos a dinâmica espacial referente aos sertões e caracterizá-los como espaço fluido, propomos um exercício de espacialização dos caminhos na capitania de São Vicente. Para isso, iremos nos valer de uma representação cartográfica, o *Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos seus pouzcos e passagens*, de Francisco Tosi Colombina.

Esse, datado formalmente como sendo de meados do século XVIII, encontra-se na Coleção Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar dessa datação no catálogo da biblioteca, podemos afirmar que o mapa foi impresso entre 1765 e 1775, período que compreende o governo do Morgado de Mateus, que produziu cartografias visando a ocupação da capitania de São Paulo e seu desenvolvimento econômico<sup>30</sup>.



**Mapa 1A** – Detalhe do Mapa da capitania de São Paulo e seu sertão

<sup>30</sup> Sobre o tema, consultar Heloisa L. Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial. O governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Alameda, 2007.

Ao observamos o *Mappa da capitania de S. Paulo*, notamos que tem como objetivo espacializar os caminhos para as Minas Gerais e Goiás, sendo os caminhos em São Paulo uma pequena parte de sua representação. No detalhe do mapa, observamos que as localidades urbanas estão representadas na *Explicação* como *cidade, villa, fortaleza, arrayal e citio*. Também é assinalado, com um asterisco, os locais onde se atravessa o rio com canoas. As linhas pontilhadas que ligam as estruturas urbanas são os caminhos, os quais iremos nos ater nessa análise.

Também observamos que o caminho a oeste de São Paulo, passando pelas vilas de *Pernahyba* e *Itu*, termina no porto de *Araraytaguaba*. Nesse ponto, o caminho terrestre é substituído pela rota fluvial, seguindo a rede de rios da Bacia do Prata até Assunção ou mesmo Buenos Aires.

Os viajantes do século XVII preferiam o trajeto fluvial, seja pela facilidade em transportar as cargas, como pela facilidade marcar o caminho. Capistrano de Abreu, em *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, de 1883, apresenta aspectos comuns aos diversos roteiros de entradas ao sertão. Afirma que, “para traçar este roteiro theorico, é preciso attender ao seguinte: As montanhas foram sempre a balisa, o pharol que tiveram á vista aquelles homens emprehendedores. Os rios foram os caminhos que seguiram de preferêcia” (1883, p. 78). O destaque dado às montanhas é justificado devido “a sua fixidez invariavel, a sua visibilidade á grande distancia [que] são factos patentes. Além disso uma montanha domina grande parte do paiz, e della póde fazer-se um reconhecimento previo do espaço a percorrer, uma recapitulação rapida de espaço percorrido” (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 78).

Em relação à preferêcia pelos caminhos fluviaes, Capistrano argumenta que, “quanto aos rios, as vantagens são talvez maiores” (1883, p. 78) que em relação às rotas terrestres. Isso porque

margeando um rio não ha meio de uma pessoa se perder. O rio garante a alimentação, directamente pelo peixe que contém, indirectamente pela caça que vem beber no seu leito. Em paiz habitado por inimigos, é um fosso, que de um lado difficulta muito os ataques. Emfim, si subir contra

a corrente não é fácil e exige grande esforço muscular, é certo que na direção da corrente a viagem é facilima e quasi dispensa esforço (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 78).

Não somente destaca as vantagens dos rios para a penetração no interior, mas garante a alguns cursos d'água papel fundamental para rotas nos sertões. Aponta que “todos os rios do Brasil representaram papel mais ou menos considerável no devassamento do interior; ha, porém, alguns que excedem a todos: o Tieté, o Parahyba, o S. Francisco e o Amazonas” (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 79).

De acordo com Capistrano, “o Tieté possuía condições naturaes que o destinavam a este papel” (1883, p. 79). Uma razão

era a sua proximidade do mar, que foi motivo para os Portuguezes virem logo estabelecer-se em suas margens, e tomal-o por ponto de partida. Outra era a direção de sua corrente, pois os colonisadores não tinham de subil-o, mas de descel-o, o que era muito mais facil. Outra era o systema de suas vertentes, que punha em contacto com o Parahyba, o Mogy guassú, o Paranapanema, e, depois de confluir com o Paraná, punha-o ainda em contacto com os affluentes do Paraguay (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 79-80).

Essa rede fluvial é bem nítida quando observamos os rios que conectam a costa brasileira com o Paraguai e Rio da Prata. A utilização dessa rede foi constante desde inícios da ocupação do planalto de São Paulo. Capistrano destaca que “os paulistas começaram a descer o Tietê desde os primeiros tempos, provavelmente antes do meado o século XVI. Uns foram subindo pelos seus afluentes, Juquiry, Jundiahy, Piracicaba, Sorocaba. Outros foram até o Paraná” (CAPISTRANO DE ABREU, 1883, p. 80).

Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras*, apresenta a rede de caminhos como de fundamental importância para a mobilidade no planalto. Afirma que “alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como



centro de um amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa” (1975, p. 15). Esses caminhos não foram criação exclusiva dos colonizadores. Como pontua Sérgio Buarque, “neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra” (1975, p. 15).

Mello Nóbrega, por sua vez, aponta que, até o primeiro quartel do século XVIII, “a atividade dos pioneiros mamelucos exercitou-se preferencialmente por terra; daí por diante, é que os rios tiveram a preferência das expedições. Desde muito antes, porém, quase todas as incursões acompanharam os caudais do sistema potamográfico paulista” (1981, p. 55). Tal evidência pode ser visualizada no detalhe do mapa, no qual o caminho terrestre segue o curso do rio Tietê no seu trecho não navegável.

O conhecimento do espaço americano pelos indígenas e a técnica desses é explicitada por Sérgio Buarque ao relatar que “a influência indígena, que também nesse particular foi decisiva, deve-se, por exemplo, o emprego entre os sertanistas, da canoa de casca, especialmente indicada pelos rios encachoeirados” (HOLANDA, 1975, p. 19), como era o caso da navegação no rio Tietê.

Jaime Cortesão, em *A fundação de São Paulo – capital geográfica do Brasil*, reforça a importância dos saberes indígenas na apropriação do espaço do sertão pelos europeus. Destaca que, “de que os índios brasileiros possuíam, nos séculos XVI e XVII, as notáveis qualidades de orientação, comuns aos primitivos, não escasseiam provas” (1955, p. 52). Citando Cardim, Cortesão fundamenta sua ideia, pois “têm os tupinambá grande conhecimento da terra, por onde andam pondo o rosto no sol, por que se governam com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, que nunca andaram” (1955, p. 52). Cortesão ressalta a importância dos indígenas, visto que,

quando os primeiros portugueses se estabeleceram nas costas do Brasil, não tardaram, por certo, a dar-se conta da cultura geográfica dos seus primitivos habitantes, tão notória ela devia ser. Sabemos hoje que os aborígenes haviam traçado as suas trilhas – *apés* – ao longo de vastas áreas;

e se aproveitavam igualmente dos sistemas fluviais, como duma rede de caminhos (1955, p. 56).

Dessa forma, os caminhos trilhados pelos conquistadores, portugueses e castelhanos na América, seguiram a ideia de apropriação do espaço, através da combinação de conhecimentos prévios trazidos da Europa, com as habilidades dos grupos indígenas.

A constante mobilidade dos conquistadores, seja em busca de riquezas através dos mitos ou por conquista de novos territórios, gerou uma circulação de pessoas que transpassou as fronteiras políticas dos Impérios português e castelhano. Esse panorama contesta a visão tradicional da historiografia de sertões desocupados e denota uma situação dinâmica, composta por vários fatores e que propicia a circulação de pessoas, produtos e construção contínua de uma região cuja definição mais apropriada é associada à fluidez.

### **Considerações Finais**

Com esse panorama notamos quais usos a fronteira passa a ter quando adquire conotações de ideologia política. Propomos, contudo, tratar dos sertões e, conseqüentemente, da fronteira de um modo diverso. Como esboçamos anteriormente, não podemos conceber, ao contrário da historiografia tradicional, os sertões como espaço vazio e desabitado. Concebemos, a partir dessas reflexões, esses como um espaço fluído, não muito bem delimitado e cuja espacialidade não corresponde a padrões conhecidos pelos europeus.

Para melhor definirmos esse espaço fluído, torna-se necessário que reflitamos também acerca de sua representação, isto é, torna-se necessário estabelecer o debate sobre a cartografia dessas regiões, as narrativas que descrevem seus caminhos e trilhas e as representações mentais que contribuem para a construção de um imaginário social. Observamos, pois, que as espacialidades na América portuguesa, notadamente

na região da capitania de São Vicente, adquirem características dinâmicas. As relações sociais desses sertões, que assumem características específicas em comparação aos sertões do norte, devem ser concebidos como territórios de fronteira, ao mesmo tempo que são territórios fluidos, isto é, áreas em constante construção.

## Referências

### Fontes documentais

TOSI COLOMBINA, Francisco. *Mappa da capitania de S. Palo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe foram tomados por Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouços e passagens*. [entre 1761 e 1775], 1 mapa ms: colorido, desenhado a nanquin; 65x45,2 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Brasil. Disponível em [http://objetodigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1033415.htm](http://objetodigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm), acesso em 05/12/2016.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

BLUTEAU, Rapahel. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes, 1712, v. 7.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

\_\_\_\_\_. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 1, 1966.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALVO, Thomas. “Cidades e povoados de índios (séculos XVI-XVII)”. In: Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013.

CAPISTRANO DE ABREU, João. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1883.

CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo: capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

\_\_\_\_\_. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

ELLIS JR. Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano. Pesquisas nos documentos quincentistas e seiscentistas publicados pelos governos estadual e municipal*. São Paulo: Nacional, 1934.

FARAGHER, John Mack. “The frontier trail: rethinking Turner and reimagining the American West”. *The American Historical Review*. Vol. 98, n. 1, (fev. 1993).

FRIDMAN, Fania. “Apresentação”. In: Fania Fridman (org.). *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 20, n. 39, 2000.

GILLIS, John R. Gillis. *Islands of the mind. How the human imagination created the Atlantic world*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KOK, Glória. *O sertão itinerante, expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LEITE, Cassiano Ricardo. *Marcha para oeste. A influência da 'bandeira' na formação social e política do Brasil*. São Paulo: J. Olympio, 1940.

MELLO NÓBREGA. *História do rio Tietê*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia, 1981.

METCALF, Alida C. "Vila, reino e sertão no São Paulo colonial" In: Francisca L. Nogueira de Azevedo e John Manuel Monteiro (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: Edusp, 1996.

PEREIRA DE SOUSA, Washington Luís. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004.

PIERSON, George. "The Frontier and American Institutions a Criticism of the Turner Theory". *The New England Quarterly*. Vol. 15, n. 2 (jun., 1942).

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

\_\_\_\_\_. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense,

1983.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SANTOS, Milton. *A construção do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHAEFER, Joseph. "Turner's frontier philosophy". *The Wisconsin Magazine of History*. Vol. 16, n. 4 (jun. 1933).

SHORT, John. *Geographic encounters: indigenous people and the exploration of the New World*. Londres: Reaktion, 2009.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Fronteiras no Brasil colonial". *Revista Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, n. 40.

TAUNAY, Afonso. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. I. Canton, 1928, v. 4.

\_\_\_\_\_. *São Paulo nos primeiros anos e São Paulo no século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TURNER, Frederick Jackson. "The significance of the frontier in American history". *Rereading Frederick Turner*. New Heaven; Londres: Yale University Press, 1999.

VIANA MOOG, Clodomir. *Bandeirantes e pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2011, [1ª edição, 1954].



WEGNER, Robert. *A conquista do oeste. O papel da fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

WILLIAMS, William. “The Frontier Thesis and American Foreign Policy”. *Pacific Historical Review*, vol. 24, n. 4 (nov., 1955).